



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO**

Pelotas, 22 de fevereiro de 2016.

MENSAGEM Nº 012/2016.

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo que dispõe sobre a extinção de vagas e criação do cargo e vagas de Médico Perito no quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo Municipal. Segue apenso ao presente, parecer do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal – COPARP.

Dessa forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

Eduardo Leite
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Ademar Fernandes de Ornel

DD. Presidente da Câmara Municipal

Pelotas- RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a extinção de vagas e criação do cargo e vagas de Médico Perito no quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo Municipal de Pelotas, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a extinção de vagas e criação de cargo e vagas no quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo Municipal de Pelotas.

Art. 2º Ficam extintas as vagas abaixo relacionadas, do Anexo I da Lei Municipal nº 3.338, de 20 de dezembro de 1990.

I – 1 (uma) vaga no cargo de Economista, no grupo de nível superior, código NS-09-A.37;

II – 1 (uma) vaga no cargo de Relações Públicas, no grupo de nível superior; código NS-20-A.37.

Art. 3º Ficam criados 02 (duas) vagas e o cargo de Médico Perito, código NS-39-A. 37, no grupo de nível superior, do Anexo I da Lei Municipal nº 3.338 de 20 de dezembro de 1990:

Parágrafo único – As condições e as exigências, bem como as atribuições e competências para o cargo de Médico Perito são as que constam no Anexo desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 22 de fevereiro de 2016.

Eduardo Leite
Prefeito Municipal

ANEXO I DA LEI Nº ____ DE ____ DE _____ DE 201__

I – Categoria Funcional: Médico Perito

II – Descrição sintética: Atividades de nível superior com especialização promovendo a Medicina do Trabalho e de Perícia Médica, visando essencialmente a promoção da saúde e segurança do servidor público municipal, envolvendo trabalho de perícias médicas e coordenação de programas voltados para o controle e a prevenção da Saúde Ocupacional.

III – Exemplo de Atribuições: efetuar perícias médicas; emitir e firmar laudos de exames médicos periciais sobre a capacitação para o trabalho; compor junta médica; solicitar exames médicos; efetuar exames clínicos; realizar diagnósticos; orientar acerca de métodos da medicina preventiva; apresentar estudos epidemiológicos de doenças ocupacionais; indicar tratamento especializado; realizar perícia domiciliar quando necessário; realizar exame admissional e demissional; emitir parecer conclusivo quanto a capacidade laboral para fins previdenciários; inspecionar ambientes de trabalho; homologar ou não os atestados médicos apresentados pelos servidores; avaliar o potencial laborativo do servidor em gozo de benefício por incapacidade, com vistas ao encaminhamento para readaptação e/ou reabilitação profissional; emitir pareceres sobre readaptação ou reabilitação profissional; avaliar a capacidade de trabalho através do exame clínico, documental, de provas e laudos referentes ao caso concreto; especificar a caracterização da invalidez para benefício previdenciários e assistenciais; zelar pela observância do Código de Ética Médica; comunicar a chefia imediata, obrigatoriamente, qualquer irregularidade de que tenha conhecimento; participar de reuniões da equipe; participar das revisões de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou benefícios; assessorar tecnicamente quando necessário; prestar informações quantitativas e qualitativas sobre o andamento dos trabalhos no setor de saúde e segurança do trabalho; executar outras atividades correlatas.

IV – Requisitos para provimento: curso de nível superior em Medicina, acrescido de especialização em Perícia Médica ou Medicina do Trabalho, com certificados emitidos por instituição reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina; registro no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul/CREMERS e registro da especialidade no CREMERS.

V – Recrutamento: externo - concurso público.

VI – Carga horária: 20 horas semanais.


Yuu




PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
CONSELHO DE POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E DE
REMUNERAÇÃO DE PESSOAL


ATA Nº 033/2015

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, atendendo ao disposto na Lei Municipal nº 4.459/1999, Art. 2º, reuniram-se os membros do Conselho de Política de Administração e de Remuneração de Pessoal – COPARP, para manifestar sua opinião referente ao encaminhamento dado pelo do Secretário de Gestão Administrativa e Financeira –, PL de contratação para a função de Artesão da Secretaria de Saúde o PL de contratação para Médico Perito aos quais havido sido pedido vistas pelo SIMP. Presentes os Conselheiros da SMGAF, titulares Vasthi Maria Mendes Caetano da Silva e Nara Regina Theis Planella, Suplente Tavane de Moraes Krause, o titular do SIMP Marcio Torma Lopes, não compareceu o titular do Poder Legislativo Joaquim Caetano Barbosa Folha e o titular do SIMSAPEL Renato Mendonça Abreu. A presidente do COPARP abriu a reunião colocando em pauta os projetos de lei. O SIMP manifestou opinião favorável ao PL de criação do cargo de Médico Perito com a ressalva de que o cargo seja cargo estatutário. O SIMP entende de suma importância o tipo de vínculo que é o estatutário pela relação direta com o servidor público. Por sua vez os representantes da SGAF reiteram que se tratando de um projeto de lei de criação de um cargo, por conseguinte obrigatoriamente se refere a um regime estatutário com provimento via concurso público. O PL de criação do cargo de Médico Perito obteve opinião favorável de forma unânime pelos conselheiros presentes. No que tange ao PL de contratação para a função de Artesão da Secretaria de Saúde o Conselheiro do SIMP manifestou opinião contrária por entender a possibilidade de realização de novo concurso público durante o governo vigente. Já os conselheiros da SGAF consignam que o concurso já está sendo providenciado e é um processo moroso, o cargo de artesão já está incluído no próximo certame de 2016. E diante da necessidade imediata entendemos por recorrer a forma da contratação temporária, prerrogativa esta, prevista em lei local e na Constituição Federal, a fim de não deixarmos desabrigados serviços indispensáveis para um trabalho eficiente e premente na Secretaria Municipal de Saúde. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada, por mim, Vasthi Maria Mendes Caetano da Silva, a presente ata, assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.


Vasthi Maria M. C. da Silva
Presidente Coparp -Titular SGAF


Nara Regina Theis Planella
Titular SGAF


Tavane de Moraes Krause
Suplente SGAF


Marcio Torma Lopes
Titular SIMP